

IDENTIDADE E MORALIDADE EM CHARLES TAYLOR

IDENTITY AND MORALITY IN CHARLES TAYLOR

Odir Berlatto

Professor nos Cursos de Direito e Pedagogia na Faculdade CNEC de Farroupilha. Professor no Curso de Direito na Faculdade CNEC de Gravataí. Bacharel em Direito (Advogado). Licenciado em Filosofia. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Contato: odir.berlatto@gmail.com

Informações de Submissão

Recebido em: 06/07/2016

Aceito em: 06/07/2016

Publicado em: 01/08/2016

Palavras-chave

Identidade. Moralidade. Experiência.
Expectativa. Reconhecimento social.

Keywords

Identity. Morality. Experience.
Expectancy. Social recognition.

Resumo

Este artigo analisa uma das temáticas mais intrigantes da teoria crítica no século XXI: as relações entre identidade e moralidade tendo como base teórica a antropologia filosófica de Charles Taylor. A hipótese sustentada é que existe diferença entre experiência e expectativa. A experiência faz com que eu me movimente em direção à expectativa, mas algumas experiências culturais impedem que a pessoa alcance a expectativa.

Abstract

This article analyzes one of the most intriguing topics of critical theory in the XXI century: the relationship between identity and morality as having theoretical basis philosophical anthropology of Charles Taylor. Sustained hypothesis is that there is a difference between experience and expectation. The experience makes me move me toward the expectation, but some cultural experiences prevent the person reaches the expectation.

1 INTRODUÇÃO

Embora a questão do reconhecimento tenha estado presente em diferentes momentos na história da filosofia, no contexto atual desenvolve-se um importante debate no sentido de se conceber uma teoria crítica que possibilite interpretações, diagnoses e novas formulações para os problemas das sociedades contemporâneas. Uma dessas discussões é influenciada pela categoria neo-hegeliana do reconhecimento social e envolve alguns dos grandes pensadores da atualidade.

Charles Taylor é um dos autores centrais dessa discussão pelas contribuições da sua fundamentação filosófico e histórico-filosófico da tese do reconhecimento social como vínculo mais básico entre os indivíduos. Na sua principal obra: *As fontes do Self* desenvolve

uma antropologia filosófica e uma genealogia do Ocidente a partir da tradição hegeliana sobre o papel fundamental da noção de reconhecimento social como fundamento da vida humana em sociedade.

Nesse sentido, o presente artigo tem como questões norteadoras: qual a originalidade da tematização do reconhecimento social na antropologia tayloriana? Quais as relações entre identidade e moralidade? Quais as características invariáveis de toda a experiência em qualquer ambiente social, independente de tempo e espaço?

A metodologia empregada no seu desenvolvimento pode ser caracterizada como crítico-analítico. As pesquisas crítico-analíticas se caracterizam pelo estudo profundo de informações disponíveis no sentido de explicar as diferentes categorias de um fenômeno. Ao mesmo tempo, meios e fins não se separam, da mesma forma como não se separa uma tese de sua explicitação. Este tipo de metodologia pode ser empregado na filosofia quando a pesquisa se caracteriza pela investigação crítica na qual o investigador estabelece hipóteses, examina e analisa fatos existentes e sintetiza as evidências dentro de um modelo teórico estabelecido.

2 DESENVOLVIMENTO

A relação entre identidade e moralidade é a discussão central na antropologia filosófica tayloriana, pois desenvolve uma configuração moral na qual reconhece e valoriza a autonomia e a liberdade como características de um indivíduo. Ao mesmo tempo, na sua teoria do reconhecimento relaciona identidade com a noção de virtude e bem, a partir de uma hierarquia moral. Nesse sentido, a noção de articulação refere-se à possibilidade de explicitação de uma eticidade formada intersubjetivamente que perpassa, como pano de fundo não tematizado, todas as relações sociais. Pode-se afirmar, então, que existe uma hierarquia moral objetiva e pré-reflexiva que também serve de pano de fundo para os indivíduos pensarem, agirem e julgarem uns aos outros, bem como a si mesmos.

Taylor concebe que a moralidade moderna está baseada numa hierarquia moral inarticulada, pré-reflexiva e opaca. Desse modo, seu propósito é demonstrar quais são os acordos intersubjetivos e pré-reflexivos que constituíram a identidade moderna, o *Self* moderno, e servem como critério classificador do valor diferencial das pessoas no mundo moderno. Para ele, o naturalismo desenvolve a ideia de um conceito de ação humana ou *self* objetivado, livre de suas autointerpretações morais, tidas como fontes de autoengano. Nessa

visão, constituiu-se uma noção que as instituições modernas são neutras, baseadas em critérios meritocráticos e igualitários. Por isso, compreender a relação entre identidade e moralidade significa superar a visão do naturalismo que domina a atitude natural da vida cotidiana, uma vez que as instituições e as práticas sociais sempre reproduzem uma concepção pré-reflexiva da boa vida, uma hierarquia moral que está na base das autointerpretações que fazemos da sociedade.

Taylor mostra que o *Self* apresenta uma dupla composição: o *Self* ontológico, que diz respeito às características invariáveis de uma antropologia que independe de tempo e espaço; e o *Self* histórico, que se desenvolve ligado a uma visão particular de bem e de boa vida, isto é, da vida que vale a pena ser vivida que permitiu construir sua genealogia do Ocidente.

As teses centrais utilizadas por Taylor para explicar as relações entre identidade e moralidade envolvem a concepção de ação humana, a concepção de homem como animal que se autointerpreta e a relação entre linguagem e natureza humana.

Quanto à concepção de ação humana, Taylor inicia a reflexão perguntando “o que atribuímos a nós mesmos como agentes humanos e que não podemos atribuir aos animais?”¹ Por isso, aceita a diferenciação entre desejos de primeira e segunda ordens proposta por Harry Frankfurt em que os últimos consistem na capacidade de avaliar a desejabilidade dos primeiros. Ou seja, “o que é especificamente humano é o poder de avaliar nossos desejos, de considerar alguns como mais desejáveis e outros como indesejáveis.”² Taylor concorda com Frankfurt que “a capacidade para avaliar desejos está vinculada ao nosso poder de auto avaliação” e que isso é algo exclusivamente humano. Algo que nenhum outro animal possui. Acredita que se pode avançar se fizermos uma diferenciação entre as duas formas de avaliação do desejo: uma avaliação fraca e outra avaliação forte. Essa distinção é muito importante para a compreensão da identidade ou do *Self*.

Taylor chama de avaliação fraca àquelas preocupadas apenas com os resultados da ação como, por exemplo, a decisão de fazer ou não uma viagem num feriado. Quer dizer, “nas avaliações fracas, para que algo seja considerado bom, basta que seja desejável.”³ Enquanto que nas avaliações fortes, o interesse está na qualidade da motivação das nossas ações. Ou seja, nesse caso o que se leva em conta é o valor qualitativo dos nossos diferentes desejos. Isso significa que as alternativas (desejos) não são consideradas apenas em termos

¹ TAYLOR, Charles. **Philosophical Arguments**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995. p. 9.

² TAYLOR, Charles. **Philosophical Arguments**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995. p. 10.

³ TAYLOR, Charles. **Philosophical Arguments**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995, p. 13.

pragmáticos. Aqui o essencial é o confronto das alternativas para se verificar o que há efetivamente de mais desejável na opção escolhida.

Nesse sentido, Taylor não aceita a leitura utilitarista a qual não considera as avaliações fortes.⁴ Para ele, as alternativas de ação não podem ser colocadas somente por um tipo de cálculo, uma vez que os utilitaristas propagam converter a reflexão prática tanto quanto possível em cálculo excessivamente racionalista. Nas avaliações fracas, para algo ser desejado, apenas precisa ser julgado como bom.

Contrariando a tendência utilitarista, Taylor propõe um elo entre avaliação forte e articulação. Desse modo, avaliação forte exige e pressupõe uma linguagem que contrasta o valor das coisas, que opõe o nobre ao vulgar, o superior ao inferior. Na sua percepção, é a articulação dessas diferenças fundamentais que possibilita que sejam expressas alternativas não pragmáticas, uma vez que os desejos devem ser avaliados sob o prisma da qualidade e valor. É essa percepção do avaliador forte que permite a articulação das motivações e a compreensão do que é qualidade de vida, bem como a reflexão sobre os diferentes modos e possibilidades de existência. A avaliação forte não diz respeito apenas à condição de articulação com preferências pragmáticas ou instrumentos, refere-se também ao tipo de ser humano que se quer ser. Por isso, na antropologia filosófica tayloriana a noção de sujeito humano está vinculada à capacidade de se avaliar fortemente, uma vez que, sem ela a comunicação não é possível.

Além da capacidade cognitiva de perceber as questões essenciais da avaliação forte, Taylor vincula a capacidade moral de assumir responsabilidades. Quer dizer, é a capacidade de articular e avaliar desejos que possibilita que a pessoa conceba-se como responsável por seus atos e suas escolhas. Para ele, diferente do conceito nietzschiano de radicalidade⁵, são essas escolhas que constituem a noção de responsabilidade.

Taylor reforça a ideia de que a teoria da escolha radical está equivocada reafirmando que as avaliações fortes podem ser consideradas profundas e, a partir delas, avalia-se não só preferências desejadas, mas também o tipo de vida e a qualidade do agente que estas

⁴ A inclinação do utilitarismo é a de ignorar as distinções qualitativas de valor sob a alegação de que elas representam percepções confusas de nossas preferências, que seriam quantitativas (TAYLOR, Charles. **Philosophical Arguments**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995).

⁵ “A teoria da escolha radical é, de fato, profundamente incoerente, pois ela almeja conciliar avaliação forte e escolha radical. Ela deseja ter avaliações fortes e ao mesmo tempo negar a elas o status de resoluções. O resultado é que ela sucumbe diante de uma investigação mais detida: para manter sua coerência, a teoria da escolha radical torna-se, de fato, algo totalmente diferente. Ou bem levamos a sério aquelas considerações que importam em nossas decisões morais, o que nos obriga a reconhecer que elas, em sua maioria, não surgem de escolhas radicais independentemente de qualquer avaliação, de modo que elas deixem de ser escolhas entre avaliações fortes para ser uma mera expressão de preferências; e, se seguirmos adiante e tentarmos desvincular nossas escolhas de nossas preferências *de facto*, cairemos, ao final, em um comportamento sem critério que nunca poderíamos chamar de escolha.” (TAYLOR, Charles. **O que é agência humana ?** In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 27).

preferências definem para nós. Em outras palavras, as avaliações fortes estão profundamente vinculadas a nossa noção de identidade. Algumas delas fazem parte da pessoa e sua rejeição implica rejeitar-se a si próprio.

Portanto, Taylor concebe a noção de avaliação forte como pressuposto da ideia de identidade, no sentido de que, certas avaliações determinam o horizonte ou os fundamentos a partir dos quais nos avaliamos e avaliamos ou outros. Assim,

a noção de identidade nos traz como referência certas avaliações que são essenciais, pois são elas que definem o fundamento ou o horizonte indispensável a partir do qual nos tornamos pessoas que refletem e avaliam. Não ter ou não encontrar esse horizonte é, de fato, uma terrível experiência de perda e desagregação. É por isso que podemos falar em 'crise de identidade' quando perdemos nossa referência existencial. Um *Self* decide e age a partir de certas avaliações fundamentais.⁶

O conceito de identidade, na visão de Taylor, reforça a ideia da impossibilidade de existir uma escolha radical, uma vez que ela não pressupõe o horizonte prévio fundador. A ideia de escolha radical não passa de uma máscara que visa à objetivação total acalentada pela civilização atual. Mas, ao se considerar que somos animais linguísticos, as escolhas são também interpretações dos nossos desejos e, estão sempre propensas à reavaliação. Desse modo, podemos nos diferenciar para melhor ou pior, pois somos responsáveis pelo desenvolvimento de novas situações, diferentes das anteriores.⁷

Para Taylor, as avaliações profundas também estão sujeitas a problemas como ilusão e distorção. Nesse caso, são percebidas como menos articuladas e claras. Isso mostra que, no processo de elaboração de novas articulações, podemos encontrar armadilhas e incertezas e as pulsões não estão sozinhas, mas num contexto interpretativo.

Para analisar a ideia de homem como animal que se autointerpreta, Taylor retoma o ideal propagado pela ciência do século XVII, o qual consistia em analisar os objetos a partir de suas propriedades. A condição de compreensão acontecia pela objetivação e distanciamento do objeto estudado. Portanto, era necessário afastar juízos subjetivos, pois se entendia que as prenoções poderiam comprometer a sua avaliação. Como consequência, propagou-se uma visão reducionista da ação humana, a qual caracteriza os seres humanos independentemente das suas experiências.

Taylor questiona essa perspectiva, pois entende que os seres humanos são constituídos por valores não neutros e, influenciam na escolha de uma forma de vida considerada superior.

⁶ TAYLOR, Charles. **O que é agência humana ?** In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2007, p. 30.

⁷ TAYLOR, Charles. **Philosophical Arguments**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995, p. 30.

Sua ideia central é que o ser humano dispõe de condições de inteligibilidade de nossa cultura que estão vinculadas à compreensão sobre nossa vida. Mesmo de forma inarticulada, são essas concepções básicas da cultura que propiciam o entendimento e o julgamento das nossas ações e motivações, bem como de outras pessoas.

Ao pensar o homem como animal que se autointerpreta, Taylor concebe a vida humana a partir das interpretações que são constitutivas dos sentimentos. Também estabelece como pano de fundo o papel constitutivo da interpretação que temos de nós mesmos e da nossa experiência para aquilo que somos. Ou seja,

são esses sentimentos referidos ao sujeito que nos abrem para o universo humano. Não se pode ter uma consciência desapaixonada do bem humano e a qualidade dessa consciência tem a ver com a relação que temos com nossos sentimentos. É a articulação dos nossos sentimentos experienciados que permite montar uma hierarquia entre eles, possibilitando percepção da falsidade ou ilusão de outros.⁸

No entendimento de Taylor, o processo autointerpretativo é permanente e perdura por toda a vida. A pessoa é sempre o resultado de interpretações passadas, que continuam desenvolvendo outras articulações por meio da linguagem, a qual representa outro aspecto fundamental do homem como um animal que se autointerpreta. É ela que articula e transforma os sentimentos humanos, tornando-os mais claros e melhor definidos. Por isso, a linguagem está vinculada às questões culturais e a vida emocional pode variar conforme a experiência cultural. Taylor conclui que as emoções são apenas características de um animal linguístico, pois elas envolvem articulações fortes e estão vinculadas a um horizonte de valores.

A discussão sobre a linguagem complementa o núcleo central da antropologia filosófica tayloriana. A originalidade da sua concepção é demonstrada pela reconstrução do contexto histórico das teorias da linguagem mais influentes: a designativa, na qual as palavras e a linguagem desempenham um papel instrumental; e a teoria expressiva, na qual a linguagem é percebida como constitutiva de sentido.

Taylor opta pela concepção expressivista da língua, pois

se a língua expressa/realiza uma nova forma de consciência, que não é meramente descritiva e designativa do que já existe, então ela é o veículo para a produção de novos sentimentos e de novas formas de se relacionar com as coisas; se a forma como expressamos nossos pensamentos sobre as coisas pode permitir que tenhamos novos pensamentos, portanto, ao expressar sentimentos podemos chegar a novos sentimentos.⁹

⁸ TAYLOR, Charles. **Agency and Language: Philosophical Papers 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 63.

⁹ TAYLOR, Charles. **Agency and Language: Philosophical Papers 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 233.

Com isso, podemos entender que o desenvolvimento de novos modos de expressão possibilita a produção de novos sentimentos mais poderosos, transparentes e refinados causados pela dimensão reflexiva presente na expressão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Taylor acredita na relação entre a identidade pessoal e os compromissos morais predominantes. Por isso, no seu entendimento a identidade não diz respeito apenas em termos de descrição física, filiação, origem e capacidades. Significa antes, fazer avaliações acerca de certos bens.

A identidade moderna, na concepção do teórico estudado, sendo rica de fontes morais, nos leva a conceber que a identidade de cada pessoa é formada pela posição que cada sujeito coloca dentro do espaço moral a que pertence e pelas interações linguísticas desenvolvidas neste mesmo contexto.

REFERÊNCIAS

GOERGEN, Pedro. **Educação Moral hoje: Cenários, Perspectivas e Perplexidades**. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, Vol. 28, n.100, p.737-762, jan. 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: Gramática dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa, São Paulo: Ed. 34, 2003.

MAGEE, Bryan. **História da Filosofia**. São Paulo: Loyola, 1998.

MATTOS, Patrícia. **O reconhecimento social e sua fundamentação filosófica em Charles Taylor**. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

RICOEUR, Paul. **Percursos do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da Filosofia Moderna: da revolução científica a Hegel**. São Paulo: Loyola, 2002.

SAAVEDRA, Giovani A.; SOBOTTKA, Emil A. Discursos filosóficos do reconhecimento. IN: **Civitas**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 386-401, set.-dez. 2009.

TAILLE, Ives de La. **A educação moral: Kant e Piaget.** In: MACEDO, Lino de (org.) *et al.* **Cinco Estudos para a Educação moral.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

TAYLOR, Charles. **Agency and Language: Philosophical Papers 1.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: A construção da identidade moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. **Hegel and Psychological Theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

TAYLOR, Charles. **Hegel.** Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

TAYLOR, Charles. Interpretation and the Sciences of Man. **Review of Metaphysics**, 25: 1, September, 1997b.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TAYLOR, Charles. **O que é agência humana ?** In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). *Teoria crítica no século XXI.* São Paulo: Annablume, 2007.

TAYLOR, Charles. **Philosophical Arguments.** Cambridge/London: Harvard University Press, 1995.

TAYLOR, Charles. **The ethics of Authenticity.** Cambridge London: Harvard University Press, 1995.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Antropologia Filosófica.** Loyola: São Paulo, 2004.
